

Na última quarta-feira (24/05), o presidente do Postalís, André Luís Carvalho da Motta e Silva, acompanhado dos diretores, Christian Perillier Schneider, de investimentos, e Luiz Alberto Menezes, Administrativo-financeiro, estiveram reunidos com o então Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, em Brasília.

O objetivo da reunião foi relatar ao ministro as tratativas realizadas junto ao Congresso americano em relação à disputa do Postalís com o banco BNY Mellon, por ocasião da viagem de comitiva do Instituto aos Estados Unidos. A delegação foi composta pelo presidente e o diretor de investimentos, além do deputado federal Evandro Roman (PSD/PR), pelo Vice-Presidente de Finanças e Controles Internos dos Correios, Francisco Arsênio de Mello Esquefe e pelos representantes da FENTECT e FINDECT, José Rivaldo da Silva e José Aparecido Rufino, respectivamente.

Entre os dias 15 e 20 de maio, a comitiva participou de diversas reuniões, apresentações e entrevistas com advogados, membros dos poderes Legislativo e Executivo americano, além de funcionários do Departamento de Estado e do Tesouro dos Estados Unidos.

A Diretoria Executiva, por determinação do Conselho Deliberativo, realizou a viagem para buscar apoio do governo americano, órgãos de controle e do Congresso, para que convença o BNY Mellon (maior administrador fiduciário de fundos do mundo – 30,6 trilhões de dólares) a sentar à mesa e iniciar uma negociação que possa ressarcir o Instituto, conforme noticiado no [Jornal VALOR Econômico](#) do último dia 17.

Na Justiça brasileira, o Postalís já possui 06 ações em curso contra o BNY Mellon que remontam a quantia de R\$ 5 bilhões.

Segundo o diretor Christian Schneider, após análise feita entre os gestores do Postalís, chegou-se à conclusão de que se corria o risco do Instituto obter uma “Vitória de Pirro” aqui no Brasil. “O Postalís iria ganhar os processos daqui a 10 anos e o Banco de Nova York Mellon – citado pela sua filial no Brasil – não teria condições financeiras de ressarcir o Instituto por conta do seu capital social limitado no país”, afirmou o diretor. Por esta razão optou-se pela estratégia de recorrer ao governo americano, país sede do banco.

Fonte: Postalís, em 30.05.2017.